

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA REFORMA URBANA

Giselle de Lourdes Bangoim Côrrea¹

Vania Lucia Lemos Catete²

Resumo: Este artigo buscará esclarecer fatores que influenciaram o surgimento das cidades capitalistas e como o processo de urbanização foi impulsionado pelo capitalismo levando a uma compreensão de como as cidades brasileiras a apresentarem hoje grandes desigualdades entre seus moradores. Buscou-se também entender a importância dos movimentos sociais no processo de luta no processo de luta pela reforma urbana.

Palavras-chave: cidade capitalista; divisão do trabalho; industrialização; urbanização e movimentos sociais.

Abstract: This article will try to clarify the factors that influenced the emergence of the capitalist city and how the process of urbanization was driven by capitalism leading to an understanding of how Brazilian cities today to present great inequality among its residents. We tried to also understand the importance of social movements in the struggle in the struggle for urban reform.

Keywords: capitalist city; division of labor, industrialization, urbanization and social movements.

I – Introdução.

¹ Estudante. Universidade Federal do Pará. gibangoim@hotmail.com

² Estudante. Universidade Federal do Pará. vl_catete@hotmail.com



Na tentativa de compreender os processos de transformação social e seus impactos na dinâmica das relações sociais, buscamos a compreender a questão urbana e a luta de seus diversos sujeitos sociais no cenário socioeconômico e político do Brasil.

Desta forma procurou-se demonstrar através deste artigo como se deu a trajetória de luta pela reforma urbana no Brasil, quais as dificuldades e os avanços dos movimentos sociais na luta por uma cidade justa e igualitária, onde a população de menor poder aquisitivo possa ter acesso a bens e equipamentos urbano e qualidade de moradia.

II – Movimentos sociais e reforma urbana no Brasil.

A década de 70 foi marcada por uma vida política agitada e os movimentos sociais de mostraram mais fortificados, até mesmo porque já havia resistência contra a ditadura. Esse movimento será acompanhado por intelectuais que tinham como ideário a transformação da cidade e se organiza a partir da visão da Assembléia Nacional Constituinte, onde se “cobra” uma reforma urbana, baseada na justiça de distribuição do espaço urbano.

O processo de luta pela reforma urbana tem início em 1960 onde os segmentos progressistas da sociedade demandavam propostas estruturais na questão fundiária onde o principal objetivo era a realização da reforma agrária. A proposta de uma reforma urbana foi inicialmente formulada em 1963 pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (Observatório Internacional do Direito à Cidade, 2006), contudo o golpe militar de 1964 inviabiliza a realização destas reformas.

Nos anos 70 e 80 os temas pela reforma urbana reaparecem junto aos movimentos populares de luta por moradia, em bairros e regiões de algumas cidades, depois em organizações cada vez mais abrangentes.

A década de 80 caracteriza-se pela consolidação desses movimentos em redes nacionais que seguem novos rumos em função da nova conjuntura política que estava se configurando, onde tais movimentos ganharam mais visibilidade e relevância política na decisão e condução das políticas. Esta década trará um panorama novo na prática e na teoria sobre movimentos sociais populares. Sobre esta questão Gohn (2007, p.278) afirma:

Na prática surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação dos movimentos dos transportes; surgimentos de organizações macro entre as associações de



moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de desempregados; movimentos pela saúde.

Neste período, a Igreja Católica teve um papel relevante, segundo Saule júnior e outros (2006) esta instituição deu uma grande contribuição ao lançar o documento “Ação Pastoral e o Solo Urbano”, na qual defendia a função social da propriedade urbana. Esse texto foi um marco muito importante na luta pela reforma urbana.

No período compreendido entre a década de 70 e 80 o Estado passa a incorporar aos movimentos sociais por meio de partidos políticos para com isso monitorar a ação dos movimentos sociais, “*definindo elementos que servissem de mediação, resultando na criação e uma série de entidades que serviriam de interlocutores na negociação e na cooptação de lideranças*” (CRUZ, 2004).

No entanto não há como negar que a sociedade brasileira vive uma nova etapa, período de abertura política e redemocratização, onde os movimentos sociais passam a propor melhorias nas políticas públicas implantadas a partir de então. A Constituição promulgada em 1988 pode ser considerada um marco do período de redemocratização da sociedade brasileira, este processo foi acompanhado de ampla mobilização de vários setores da sociedade organizada.

Em janeiro de 1986, várias entidades de assessoria aos movimentos populares e pastorais lançam o Movimento Nacional pela Constituinte, que passa a articular uma série de plenárias e reuniões de trabalho a fim de se elaborar a emenda de iniciativa popular, nas quais estavam presentes vários segmentos profissionais compondo um corpo técnico reformista comprometido com a democratização do planejamento e da gestão das cidades.

Este encontro de diferentes setores da sociedade civil foi riquíssimo e propiciou um diálogo, face a face, entre pesquisadores de universidades, lideranças populares de movimentos, assessores de movimentos, representantes de entidades e sindicatos profissionais, técnicos em planejamento urbano e o poder público.

A primeira grande conquista popular foi à inclusão de política de política urbana na Constituição de 1988, conquistado com a Emenda pela Reforma Urbana que criou o capítulo da Política Urbana. Neste capítulo reconhecem as questões urbanas como tema de interesse nacional a partir de três parâmetros: a função social da propriedade e da cidade; a gestão democrática da cidade; e o direito à cidade e à cidadania (CF, art.182 e 183)¹.



Com a Constituição de 1988 veio também à redefinição das competências nas esferas federais: cabe ao governo federal instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano (habitação, saneamento básico e transportes urbanos). Promoção de programas de construção de moradias, melhorias das condições habitacionais e saneamento básico são competências comuns as três esferas governamentais. Aos municípios cabe a promoção do ordenamento territorial por meio do planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo (CF, art.21 a 30).

No interior do movimento pela democratização da sociedade, surge e se desenvolve o Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU, que de acordo com Ribeiro (1994) constituiu-se a partir da crítica ao fracassado modelo tecnocrático e autoritário de planejamento, e consolida o vasto conjunto de idéias e propostas que vem sendo debatidos na sociedade brasileira desde o início dos anos 60, onde o objetivo central é a constituição de um novo padrão de política urbana.

É importante ressaltar que o surgimento do MNRU está intimamente ligado à elaboração da emenda popular ao projeto constitucional e representa a *“emergência de novas formas de luta política, onde a questão da criação dos novos direitos de cidadania e a busca de maior justiça social se dá através de novas relações entre movimentos sociais e o plano jurídico-institucional”* (SILVA: 1991,32).

Busca-se para tanto um novo formato de planejamento capaz de gerar intervenções governamentais que efetivamente promovam o direito urbano, partindo do reconhecimento dos conflitos de interesses na produção e apropriação do espaço construído. Trata-se do solo urbano, que não diz respeito a apenas um pedaço de terra, mas a um conjunto de equipamentos e serviços que deveriam ser ofertados a todos os agentes sociais de forma igualitária.

Diante disso, entende-se que a luta pela reforma urbana gira em torno do Direito a Cidade, uma vez que só se concebe a mudança na qualidade de vida através de políticas voltadas para o conjunto da população.

A luta dos movimentos sociais pela reforma urbana também pode se referenciar pela solidariedade de acordo com Gohn (2007), Marx demarca a solidariedade como uma relação social a ser construída, no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas.

Dentro dessa perspectiva podemos dizer que os grupos sociais se aproximam de acordo com suas necessidades e interesses que devem ser analisados, pois de acordo com Gohn (2007), a divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. Sendo assim, é



necessário ter cuidado com esta contradição de interesse particular e o interesse coletivo, pois pode se afastar dos interesses reais dos indivíduos criando apenas uma aparência dos fatos.

Movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico passando pela arena política das políticas e dos políticos até o meio popular (...). Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico (GOHN: 2007).

Deste modo podemos considerar que movimento social refere-se a interesses comuns de um grupo que demandam por alguns objetivos, lutas. Há uma realidade em comum entre atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais.

O que predominou nos movimentos sociais na década de 70 e início da década de 80 foi análise de cunho marxista para os movimentos populares, que enfatiza mais os aspectos estruturais e analisa questões da reprodução da força de trabalho. A análise marxista está voltada para a transformação da realidade social, isto significa dizer que a classe operária seria o agente principal da negação da ordem burguesa. A relação dos movimentos sociais com o Estado era vista em termos de oposição.

Os anos 90 representa para o Brasil grandes mudanças políticas, econômicas e sociais com a introdução do modelo neoliberal, o Estado redefine seu papel no que se refere às políticas públicas e sociais, se configurando como máximo para o capital e mínimo para o social. Dentro dessa conjuntura os movimentos sociais também tem seu papel redefinido. Assim discorre Gonh (2007, p.304).

“O Movimento Popular Rural cresce e aparece o MST- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – criado em 1979 em Santa Catarina, espalha-se por todo o Brasil realiza centenas de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra, cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para lideranças, elabora cartilhas para escolas de primeiro grau – em que discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil do profissional que trabalha com as crianças(...). Surgiram ainda, nos anos 90, novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de valorização da vida humana. A violência generalizada a corrupção as varias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc;criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural como Movimento Ética na Política, ou de figuras carismáticas como o Betinho, da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida”.



A novidade nesta década passou a ser a centralidade das ONG`s(Organizações Não Governamentais) no cenário das demandas sociais, que por sua vez ganham proeminência sobre as instituições oficiais no que tange a gerencia de recursos públicos. Neste contexto o sindicato dos trabalhadores e os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, uma vez que as políticas exigem interlocução com as organizações institucionalizadas.

III- Considerações finais

A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil surge na década de 70, num momento histórico em que estes movimentos começam a se projetar na cena política, devido o agravamento da falta de condições de infraestrutura urbana, e o rebaixamento salarial, ambos reflexos da exploração econômica vivida pela população brasileira naquela momento. Outro grande motivo foi era de ordem conjuntural – o regime político que vigora no país neste período, isto é, a Ditadura Militar sinônimo de repressão de espaços tradicionais de participação popular.

Para analisar o movimento de luta pela reforma urbana no Brasil é necessário analisarmos o momento histórico, principalmente o momento em que o movimento social no país começa a ressurgir como um a forma de reação a conjuntura política propondo a democracia, reagindo às formas centralizadoras de poder e etc.

Na década de 70, as classes trabalhadoras viviam subjugadas a lógica do capital e pela dominação de um Estado baseado em um sistema de opressão, e sob a égide de um modelo econômico excludente. Os movimentos sociais, no entanto, foram conquistando espaço no cenário público e emergem como protagonistas da conquista de uma nova cidadania e democracia mais participativa.

Nossa reflexão centra-se muito mais em saber qual o papel dos movimentos sociais para a transformação da sociedade, e o aspecto que realmente necessita de reflexão são as demandas expressas pelos movimentos sociais urbanos na agenda de questões do Estado e dos partidos políticos. Estamos nos referindo ao desafio que tem tais movimentos no avanço social que seria inscrição no campo dos direitos, retirando-os do campo das reclamações e reivindicações.

No Brasil o modelo de desenvolvimento econômico-social adotado responde aos interesses do grande capital o que reafirma a condição de dependência e subordinação do país as regras do capitalismo internacional. Sobre a égide de um modelo econômico e social marcados pela



concentração da propriedade e da renda o que irá refletir a grande desigualdade social Montañó e Duriguetto (2010), “*Particularmente na realidade brasileira a expansão dos movimentos sociais no país se deu num contexto de profundas transformações na economia e da exclusão da participação política das classes e camadas subalternas.*”

O grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras é resultante da condição de subdesenvolvimento do país. O modelo urbanístico concentrador e excludente que estruturou as nossas cidades têm origens na formação histórica do Brasil.

A desigualdade social das cidades brasileiras tem causas na forma como se organizou esta sociedade, onde o interesse privado sempre se sobressaiu em detrimento do interesse da grande maioria, tal fato observa-se desde o período colonial com a exploração do trabalhador imposto pela elite.

Referência bibliográfica.

CRUZ, S.H.R. **Movimentos Sociais e Construção de Espaço Urbano em Belém: o bairro da sacramenta.** Dissertação de mestrado apresentada ao NAEA como requisito para obtenção de título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento. Belém-Pa- 1994.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FERREIRA, Hamilton; **Movimentos Sociais Urbanos em Belém: construindo um histórico e uma agenda de lutas no FMRU.** In: Políticas públicas e Gestão Local: Programa de capacitação em Políticas de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão Democrática/ Organizadores: João Gomes da Silva Neto/ José Guilherme Carvalho/ Maria das Graças Costa – Márcio Douglas Brito Amaral. Pará, Fase, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, L.C.Q. **Reforma Urbana: balanço teórico, avaliação e perspectivas.**

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **“Reforma Urbana: por um modelo de gestão das cidades.** – Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

V Jornada
Internacional de
Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

23 a 26 agosto
2011
Campus Universitário do Bacanga
São Luís/Maranhão - Brasil

Estado,
Desenvolvimento
e Crise do
Capital



A1568901982015A